



FUNDAÇÃO  
**SAÚDE**

## PROJETO BÁSICO

OBJETO: Serviços de Coleta e Tratamento de resíduos produzidos pelas unidades hospitalares geridas pela Fundação Saúde.

FUNDAÇÃO SAÚDE  
DATA: 02/02/2017



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1. OBJETO</b> .....  | 03 |
| <b>2. JUSTIFICATIVA</b> .....                                   | 04 |
| <b>3. CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE</b> ..... | 06 |
| <b>4. ETAPAS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS</b> .....             | 09 |
| <b>5. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO</b> .....                            | 14 |
| <b>6. COLETA E TRANSPORTE EXTERNO</b> .....                     | 17 |
| <b>7. TRATAMENTO DOS RESÍDUOS</b> .....                         | 18 |
| <b>8. DISPOSIÇÃO FINAL</b> .....                                | 20 |
| <b>9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</b> .....                        | 21 |
| <b>10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE</b> .....                      | 29 |
| <b>11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA</b> .....                           | 31 |
| <b>12. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO</b> .....           | 34 |
| <b>13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b> .....                         | 36 |
| <b>14. CRITÉRIO DE PAGAMENTO</b> .....                          | 36 |
| <b>15. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO</b> .....                  | 36 |
| <b>16. DISPOSIÇÕES GERAIS</b> .....                             | 37 |
| <b>17. NOTAS EXPLICATIVAS</b> .....                             | 37 |
| <b>18. ANEXOS</b> .....   | 38 |
| <br>  |    |
| <b>ANEXO I</b> .....  | 39 |
| <b>ANEXO II A</b> .....   | 40 |
| <b>ANEXO II B</b> .....   | 45 |
| <b>ANEXO III</b> .....  | 46 |
| <b>ANEXO IV</b> .....   | 47 |



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

## 1. OBJETO

**1.1.** Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviço de coleta diária, transporte, tratamento e disposição final de resíduos pertencentes aos grupos A (resíduos com a possível presença de agentes biológicos), B (resíduos químicos, incluindo lâmpadas, revelador e fixador de raio-X, películas de raio-X, pilhas, baterias, etc.), grupo D (resíduos comuns) e grupo E (materiais perfurocortantes), provenientes da Unidade hospitalar Hospital Estadual Carlos Chagas, sob a gestão da Fundação Saúde/RJ, conforme características, quantidades e prazos estabelecidos no presente Termo de Referência.

**1.2.** Os serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduo a serem contratados se enquadram como serviços continuados, pois a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e causar danos irreparáveis a pacientes e funcionários.

**1.3.** Os serviços contínuos nas áreas de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos, aqui definidos objetivamente, estão de acordo com padrões de desempenho e qualidade usuais de mercado e enquadram-se como serviço comum nos termos dos Decretos 31.863 e 31.864/2002.

| Nº | ID SIGA | DESCRIÇÃO  | UNID    | QUANT. |
|----|---------|--|---------|--------|
| 1  | 79067   | SERVICO DE TRATAMENTO DE RESIDUOS,DESCRICAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS HOSPITALARES<br>Código do Item: 0368.002.0002 (ID - 79067) | SERVIÇO | 1      |



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

## 2. JUSTIFICATIVA

A contratação emergencial de empresa especializada para a prestação diária dos serviços de transporte, tratamento e disposição final de resíduos provenientes do Hospital Estadual Carlos Chagas, unidade de saúde sob gestão da **Fundação Saúde**, se faz necessária a fim de que não ocorra a descontinuidade no serviço prestado, evitando assim que ocorram prejuízos à saúde dos pacientes e funcionários na Unidade Hospitalar.

Por ser de amplo conhecimento a importância que os serviços relacionados à saúde pública possuem junto à sociedade, não apenas por tratar-se do maior bem tutelado pelo direito, mas também pela delicadeza e sensibilidade que o tema requer, sobretudo quando a qualidade dos hospitais públicos é constantemente questionada junto à mídia e seus usuários, o Governo do Estado dedica boa parte de suas ações à saúde, a fim de trazer excelência desde o atendimento médico-hospitalar às demais atividades correlatas, como a coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde, cuja atividade é regulada por legislação específica devido à sua premente importância no atual cenário e riscos envolvidos.

O Resíduo de Serviço de Saúde - RSS, infectante ou não, é um problema de difícil solução para muitas cidades brasileiras. Esse tipo de resíduo deve receber atenção especial, desde a sua geração até a disposição final, de acordo com as legislações em vigor, resolução RDC nº 306, de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a resolução nº 358 de 29/04/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Tais resíduos englobam os gerados em hospitais, farmácias, drogarias, laboratórios de análises clínicas e outros estabelecimentos similares, sendo certo que a necessidade da Fundação Saúde em procurar serviços especializados para a prestação deste serviço resulta do fato de atualmente não possuir o Estado, condições de suprir tais necessidades com a qualidade que empresas particulares privadas e

4



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

especializadas dedicam a esse tema, inclusive pelo fato de existirem distinções consideráveis entre a coleta e manejo dos resíduos domiciliares e dos serviços públicos para os de Resíduos de Serviços de Saúde.

A coleta e transporte inadequado desses resíduos podem trazer riscos a todos os funcionários envolvidos neste processo e à população em geral. A ausência de tratamento, quando necessário e a disposição final inadequada desses resíduos, pode ocasionar consequências ainda mais graves, como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, mares e córregos, além de contribuir para a proliferação de inúmeros vetores transmissores de doenças e a contaminação de catadores. Daí a necessidade de técnicas específicas durante todo o processo de manipulação de tais resíduos, diminuindo a incidência de doenças e degradação do meio ambiente.

Informamos que atualmente o serviço vem sendo prestado através do processo emergencial firmado pela Secretaria de Saúde, tendo este o prazo de vigência até o dia 25/02/2017.

Informamos ainda que se encontra em tramitação na Fundação Saúde o processo regular E-08/007/1652/2016, cujo objeto trata-se da prestação dos serviços de transporte, tratamento e disposição final de resíduos provenientes para as Unidades hospitalares sob gestão da FS. O processo encontra-se na fase de emissão de parecer jurídico.

Diante dos fatos relatados podemos entender a importância do serviço solicitado no presente Termo de Referência, pois a execução do mesmo de acordo com todas as normas sanitárias e segurança e ambientais será a garantia de benefícios ao meio ambiente e à população por todas as unidades sob a gestão da Fundação Saúde/RJ.

Pelo acima exposto solicitamos a contratação em caráter EMERGENCIAL.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Para fins de atendimento ao objeto do certame, as classificações adotadas para os Resíduos de Serviços de Saúde são as definidas pela Resolução CONAMA nº 358/05 e pela RDC ANVISA nº 306/04, cujo teor define:

#### 3.1. GRUPO A

Resíduos com a presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção. É subdividido em:

##### A1

Culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas, resíduos de laboratórios de manipulação genética.

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido.

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta.

Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

## **A2**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

## **A3**

Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiar.

## **A4**

Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados.

Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares.

Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes classe de risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons.

Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo. Recipientes e materiais



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenham sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica.

Carcaças, peças anatômicas vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações.

Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.

#### **A5**

Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons.

### **3.2. GRUPO B**

Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade:

Produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossupressores; digitálicos; imunomoduladores; anti-retrovirais, quando descartados por serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos e os resíduos e insumos farmacêuticos dos medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações.

Resíduos de saneantes, desinfetantes, desinfetantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores).

Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas.

Demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).

### 3.3. GRUPO D

Não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares.

Papel de uso sanitário e fralda, absorvente higiênicos, peças descartáveis de vestuário, resto alimentar de pacientes, material utilizado em antissepsia e hemostasia de venóclises, equipamento de soro e outros similares não classificados em A1.

Sobra de alimentos e do preparo de alimentos. Resto alimentar de refeitório.

Resíduos provenientes de áreas administrativas. Resíduos de varrição, flores, podas e jardins. Resíduos de gesso provenientes de assistência à saúde.

### 3.4. GRUPO E

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, scalps, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

## 4. ETAPAS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS

A CONTRATADA deverá promover um gerenciamento pleno e correto dos Resíduos de Serviços de Saúde, de acordo com as normas vigentes, que são fatores



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

fundamentais para neutralizar riscos a saúde da população e ao meio ambiente. O gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde possui etapas de acordo com as especificações abaixo:

**4.1. Manejo Interno:** É de responsabilidade da CONTRATANTE, através das suas unidades, o correto trabalho de segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento temporário e armazenamento externo, de forma a permitir a redução dos resíduos infectantes gerados. As principais etapas do manejo interno são:

**a) Segregação:** Consiste na separação dos resíduos no momento e local de sua geração, de acordo com as características físicas, químicas e biológicas, a sua espécie e seu estado físico.

**b) Acondicionamento:** Consiste no ato de embalar corretamente os resíduos segregados, de acordo com as suas características, em sacos e/ou recipientes impermeáveis, resistentes à punctura, ruptura e vazamentos. A capacidade dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária de cada tipo de resíduo.

**c) Identificação:** Conjunto de medidas que permite o reconhecimento dos resíduos contidos nos sacos e recipientes, fornecendo informações ao correto manejo dos Resíduos de Serviços de Saúde.

**d) Coleta e Transporte Interno:** Consistem no traslado dos resíduos dos pontos de geração até o local destinado ao armazenamento temporário ou armazenamento externo, com a finalidade de disponibilização para a coleta.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**e) Armazenamento Temporário:** Consiste na guarda temporária dos recipientes contendo os resíduos, em local próximo aos pontos de geração, visando agilizar a coleta dentro do estabelecimento, otimizando o traslado entre os pontos geradores e o ponto destinado à apresentação para coleta externa.

**f) Armazenamento Externo:** Consiste na guarda dos recipientes de resíduos até a realização da coleta externa, em ambiente exclusivo com acesso facilitado para os veículos coletores.

**4.2. Coleta e Transporte Externo:** A coleta e transporte externos consistem na remoção dos Resíduos de Serviços Saúde do abrigo de resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento ou disposição final, pela utilização de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente.

**4.3. Tratamento:** A escolha do método de tratamento deve ser compatível com a natureza do resíduo a ser tratado, objetivando a sua desinfecção e/ou neutralização, podendo ser utilizados processos manuais, mecânicos, físicos, químicos ou biológicos que alterem as características dos resíduos, objetivando a minimização do risco à saúde da população, a preservação da qualidade do meio ambiente, a segurança e a saúde do trabalhador. Os sistemas para tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde devem ser objeto de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº 358 de 29/04/2005 e a RDC nº 306, de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e são passíveis de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente. A metodologia de desinfecção utilizada para tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá atingir o nível III de inativação bacteriana,



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

conforme o Apêndice IV da RDC nº 306/04, para torná-lo não perigoso e desta forma ter a sua disposição final juntamente com os resíduos domésticos e públicos.

Tipos de tratamento recomendados por grupo de resíduos, de acordo com a RDC nº 306/04 da ANVISA:

## **Grupo A**

**Resíduos do grupo A1** - devem ser submetidos a tratamento em equipamentos que reduzam ou eliminem a carga microbiana compatível com nível III de inativação microbiana.

**Resíduos do grupo A2** - devem ser submetidos a tratamento em equipamentos que reduzam ou eliminem a carga microbiana compatível com nível III de inativação microbiana.

**Resíduos do grupo A3 que não tenham valor científico ou legal e que não tenham sido conduzidos pelo paciente ou por seus familiares** - devem ser encaminhados para sepultamento ou tratamento. Se forem encaminhados para o sistema de tratamento, devem ser acondicionados em sacos vermelhos com a inscrição “peças anatômicas”. O órgão ambiental competente nos Estados, Municípios e Distrito Federal pode aprovar outros processos alternativos de destinação.

**Resíduos do grupo A4** - não necessitam de tratamento.

Estes resíduos podem ser dispostos, sem tratamento prévio, em local devidamente licenciado para disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS.

**Resíduos do grupo A5** - devem ser submetidos à incineração.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

## Grupo B

**Resíduos químicos do grupo B, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem** - devem ser submetidos a tratamento ou disposição final específico.

**Excretas de pacientes tratados com quimioterápicos antineoplásicos**- podem ser eliminadas no esgoto, desde que haja tratamento de esgotos na região onde se encontra o serviço. Caso não exista tratamento de esgoto, devem ser submetidas a tratamento prévio no próprio estabelecimento, antes de liberados no meio ambiente.

**Resíduos de produtos e de insumos farmacêuticos, sob controle especial (Portaria MS 344/98)** - devem atender a legislação em vigor.

**Fixadores utilizados em diagnóstico de imagem** - devem ser submetidos a tratamento e processo de recuperação da prata.

**Reveladores utilizados no diagnóstico de imagem** - devem ser submetidos a processo de neutralização, podendo ser lançados na rede de esgoto, desde que atendidas as diretrizes dos órgãos de meio ambiente e do responsável pelo serviço público de esgotamento sanitário.

**Lâmpadas fluorescentes** - devem ser encaminhadas para reciclagem ou processo de tratamento.

**Resíduos químicos contendo metais pesados** - devem ser submetidos a tratamento ou disposição final, de acordo com as orientações do órgão de meio ambiente.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

## Grupo D

Os resíduos orgânicos, flores, resíduos de podas de árvore e jardinagem, sobras de alimento e de pré-preparo desses alimentos, restos alimentares de refeitórios e de outros que não tenham mantido contato com secreções, excreções ou outro fluido corpóreo, podem ser encaminhados ao processo de compostagem. Os restos e sobras de alimentos citados acima podem ser utilizados como ração animal se forem submetidos a processo de tratamento que garanta a inocuidade do composto, devidamente avaliado e comprovado por órgão competente da Agricultura e de Vigilância Sanitária do Município, Estado ou do Distrito Federal. Os resíduos líquidos provenientes de rede de esgoto (águas servidas) de estabelecimento de saúde devem ser tratados antes do lançamento no corpo receptor (nos córregos etc.). Sempre que não houver sistema de tratamento de esgoto da rede pública, devem possuir o tratamento interno.

## Grupo E

Os resíduos perfurocortantes contaminados com agente biológico classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente, que se tornem epidemiologicamente importantes ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido, devem ser submetidos a tratamento, mediante processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com nível III de inativação microbiana. Os resíduos perfurocortantes contaminados com radionuclídeos devem ser submetidos ao mesmo tempo de decaimento do material que o contaminou.

## 5. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

## 5.1. ACONDICIONAMENTO

A CONTRATADA fornecerá recipientes para acondicionamento dos resíduos dos grupos A, B, D e E, em número suficiente para o armazenamento interno e externo. Todos os carros coletores deverão ser identificados, na parte externa, com logomarca, nome e telefone da CONTRATADA. A identificação dos carros coletores e bombonas poderão ser feitos com etiquetas adesivas, desde que as mesmas sejam resistentes aos processos de higienização e trocadas sempre que necessário. Os carros coletores, bombonas e recipientes devem atender as especificações abaixo:

**5.1.1.** Os Resíduos de Serviços de Saúde dos grupos A, D e E deverão ser acondicionados em carros coletores de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) de 120, 240 ou 400 litros, com tampa e rodas revestidas em material que impeçam ruídos, válvula de dreno no fundo (somente para os recipientes com 400 litros), cantos e arestas arredondados, devidamente identificados, fornecidos de acordo com os quantitativos descritos no ANEXO I.

**5.1.1.1.** O carro coletor para transporte e acondicionamento de resíduos do grupo A (resíduo infectante) e E (perfurocortante) deve ser de **cor branca**, identificados com a inscrição de "RESÍDUO INFECTANTE" e símbolo de risco associado.

**5.1.1.2.** O carro coletor para transporte e acondicionamento de resíduos do grupo D (resíduo comum) deve ser de **cor azul**, identificados com a inscrição de "RESÍDUO COMUM" e símbolo de risco associado.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**5.1.1.3.** O carro coletor para transporte e acondicionamento de resíduos de coleta seletiva, quando adotada a reciclagem, deve ser baseado na Resolução CONAMA nº 275/01, e símbolos de tipo de material reciclável.

**5.1.2.** A CONTRATADA fornecerá recipientes específicos para o acondicionamento das lâmpadas, identificados com a inscrição de "RESÍDUO QUÍMICO" e símbolo de risco associado.

**5.1.2.1.** A CONTRATADA fornecerá para acondicionamento dos resíduos do grupo B (resíduo químico) líquidos, bombonas de polietileno de alta densidade (PEAD), com tampa rosqueada e vedante, no tamanho solicitado pela CONTRATANTE, 10 (dez) a 20 (vinte) litros. Identificadas com a inscrição de "RESÍDUO QUÍMICO - REVELADOR", "RESÍDUO QUÍMICO - FIXADOR" e símbolo de risco associado constante na NBR 7500.

**5.1.2.2.** A CONTRATADA fornecerá para acondicionamento dos resíduos potencialmente perigosos (pilhas, baterias), bombona de polietileno de alta densidade (PEAD), com tampa rosqueada, no tamanho solicitado pela CONTRATANTE, 5 (cinco) a 10 (dez) litros. Identificada com a inscrição "PILHAS/BATERIAS".

**5.1.3.** A CONTRATADA fornecerá para acondicionamento dos resíduos contendo Mercúrio (amálgamas, etc...), recipiente de polietileno de alta densidade (PEAD), colocado sob selo d'água, no tamanho solicitado pela CONTRATANTE, 250 (duzentos e cinquenta) a 1000 (mil) mililitros. Identificado com a inscrição "MERCÚRIO - Hg".

**5.1.4.** A CONTRATADA fornecerá, caso solicitado pela CONTRATANTE, caçambas para a retirada de grandes quantidades de resíduos.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

## 6. COLETA E TRANSPORTE EXTERNO

**6.1.** A coleta dos resíduos dos grupos A (A4), D e E deverá ser realizada diariamente, 07 (sete) dias por semana (ou em dias acordados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA), em horários acordados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

**6.1.1.** A coleta dos resíduos dos grupos B e A (A1, A2, A3 e A5, infectante para tratamento) deverá ser realizada em datas agendadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. Poderão ser estabelecidas rotas semanais, quinzenais ou mensais, de acordo com o quantitativo de resíduos gerados pela Unidade.

**6.2.** As lâmpadas fluorescentes e eletrônicas serão recolhidas por unidade e acondicionadas em embalagens que evitem a sua quebra.

**6.3.** Com exceção das lâmpadas, os demais resíduos (Grupos A, B, D, e E) serão mensurados em litros. Tendo como base a litragem dos carros coletores (120l, 240l, 400l ou mais) ou dos sacos (50l, 100l ou 200l) de acondicionamento dos resíduos.

**6.4.** O transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá ser realizado em veículos adequados para este tipo de serviço, conforme a NBR 7500 (Identificação para o Transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de Produtos), NBR 9735 (Conjunto de Equipamentos para Emergências no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos), NBR 12810 (Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde), NBR 13221 (Transporte terrestre de resíduos), NBR 14652 (Coletor-transportador Rodoviário de Resíduos de Serviços de Saúde), Resolução n.º 420/04, da Agência Nacional de



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

Transportes Terrestres, Norma Comlurb 42-10-01 (Credenciamento para Prestação de Serviços de Coleta e Remoção), Norma Comlurb 42-60-01 (Acondicionamento, Coleta e Destinação Final de Resíduos de Serviços de Saúde) e suas atualizações.

**6.5.** O transporte dos resíduos do grupo D (resíduo comum) deverá ser realizado por veículo/equipamento específico e atender as legislações e normas do item 6.4. A coleta de resíduos do grupo D poderá ser realizada por veículo com sistema de compactação, conforme Norma Comlurb 42-10-01 (Credenciamento para prestação de Serviços de Coleta e Remoção).

**6.6.** O transporte dos resíduos dos grupos A (resíduo infectante) e E (perfurocortante) deverá ser realizado por veículo/equipamento específico e atender as legislações e normas do item 6.4. A coleta de resíduos do grupo A e do grupo E deverá ser realizada por veículo sem sistema de compactação, aceitando-se os de baixa compactação, conforme Norma Comlurb 42-10-01 (Credenciamento para prestação de Serviços de Coleta e Remoção).

**6.7.** O transporte dos resíduos do grupo B (resíduo químico) deverá ser realizado por veículo/equipamento específico e atender as legislações e normas do item 6.4.

**6.8.** Todos os veículos utilizados na coleta de resíduos deverão ser credenciados pela COMLURB e mantidos permanentemente em bom estado de conservação, limpos e pintados segundo padronização visual exigida.

## 7. TRATAMENTO DOS RESÍDUOS



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**7.1.** Todo gerador deve elaborar e implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS, conforme estipulam a RDC ANVISA nº 306/04 e a Resolução CONAMA nº 358/05. Este é o documento que aponta as ações relativas aos aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos da unidade. Baseado no PGRSS e conforme recomendação de tratamento por grupo de resíduos da RDC ANVISA nº 306/04, que consta no item 4.3, serão determinados os resíduos que necessitam ser encaminhados para tratamento.

**7.2.** Conforme item 4.3, os resíduos infectantes do tipo A4 podem ser descartados sem tratamento prévio, desde que sua disposição final seja realizada em aterro sanitário devidamente licenciado para recebimento de RSS. Diante da impossibilidade da disposição final desse tipo de resíduo conforme preconiza a RDC ANVISA nº 306/04 e a Resolução CONAMA nº 358/05, torna-se obrigatório a realização do tratamento para torná-lo não perigoso e desta forma ter a sua disposição final juntamente com os resíduos domésticos e públicos.

**7.3.** A escolha do método de tratamento deve ser compatível com a natureza do resíduo a ser tratado, conforme preconiza a RDC ANVISA nº 306/04 e a Resolução CONAMA nº 358/05.

**7.4.** A metodologia de desinfecção utilizada para tratamento dos resíduos de serviço de saúde deverá atingir o nível III de inativação bacteriana, conforme Apêndice IV da RDC nº 306/04 para torná-lo não perigoso e desta forma ter a sua disposição final juntamente com os resíduos domésticos e públicos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**7.5.** Os resíduos pertencentes ao grupo B com características de periculosidade, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, deverão passar por método de tratamento compatível com a natureza do resíduo. Estes procedimentos deverão ser realizados por empresas devidamente licenciadas, com posterior disposição final em aterro, quando for utilizado o processo de incineração.

**7.5.1.** Caso seja realizado o processo de incineração, a empresa deverá apresentar semestralmente as exigências dos órgãos ambientais referentes aos controles das emissões atmosféricas, conforme CONAMA 316/02.

**7.6.** A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente para o Fiscal de cada Unidade o certificado de tratamento dos resíduos, que comprovem sua desinfecção, incineração e/ou neutralização, pela empresa que realizou o processo. E, sempre que solicitado, laudos técnicos detalhados dos processos de tratamento realizados.

## **8. DISPOSIÇÃO FINAL**

**8.1.** A disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde dos grupos A, D e E deverá ser feita em aterro sanitário devidamente licenciado pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA no estado do Rio de Janeiro, autorizado e certificado pelas autoridades competentes, de acordo com as legislações vigentes.

**8.2.** O descarte de pilhas, baterias e acumuladores de cargas contendo chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg) e seus compostos, deve ser feito de acordo com a resolução CONAMA nº 257/99 e NBR 11175/90.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**8.3.** A disposição final dos resíduos do grupo B deverá ser feita pela CONTRATADA somente em aterro devidamente licenciado por órgão ambiental, autorizado e certificado pelas autoridades competentes, de acordo com as legislações vigentes.

**8.4.** Para que seja comprovada a destinação ou disposição final em local adequado, de acordo com as características de cada resíduo, a CONTRATADA, deverá retornar mensalmente a cada unidade geradora, a 4ª Via do Manifesto de Resíduos, para cada processo de coleta, devidamente preenchidos, assinados e carimbados pelo gerador, transportador e receptor, de acordo com modelo fornecido pelo INEA.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** A coleta dos resíduos dos grupos A4, D e E deverá ser realizada pelo menos uma vez ao dia, 07 (sete) dias por semana (ou em dias acordados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA), em horários acordados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, não podendo permanecer sobra para o dia seguinte. Os resíduos estarão disponíveis no local, na forma e nos horários estabelecidos pela Unidade.

**9.2.** A coleta dos resíduos dos grupos B e A (A1, A2, A3 e A5) deverá ser realizada em datas agendadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. Poderão ser estabelecidas rotas semanais, quinzenais ou mensais, de acordo com o quantitativo de resíduos gerados pela unidade.

**9.3.** Indicar preposto para emissão e recepção de comunicados, avisos, notificações e outros atos necessários ao bom desempenho dos serviços, devendo o mesmo representar



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

a CONTRATADA junto a CONTRATANTE para sanar as dúvidas ou questões inerentes aos serviços contratados.

**9.4.** Dispor durante o período de prestação de serviços de equipe especializada e qualificada para a execução dos mesmos.

**9.4.1.** Arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, securitários, previdenciários, despesas de alimentação, transporte e adicionais referentes a seus funcionários, que não terão quaisquer vínculo empregatício, direto ou indireto com o ESTADO.

**9.4.2.** Disponibilizar uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos seus funcionários envolvidos diretamente no processo de coleta dos resíduos, conforme preconizado pela NR 6 e NR 32 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

**9.4.3.** A CONTRATADA deverá programar treinamentos (técnicos, de segurança e de incentivo à conscientização ambiental) de seus funcionários, ao menos 2 (duas) vez por ano.

**9.4.4.** A CONTRATADA é plenamente responsável por seus prepostos, devendo adotar prontamente as medidas necessárias e legais cabíveis em caso de acidente de trabalho ou acometimento súbito por doenças de qualquer espécie.

**9.4.5.** A CONTRATADA deverá capacitar seus funcionários para enfrentar situações de emergência e de acidentes e implementar as medidas previstas. Instruções, procedimentos e comprovantes de capacitação visando minimizar ou eliminar as consequências dessas situações deverão constar de um Plano de Contingência que deve incluir, mas não se limitar a: isolamento da área em emergência e notificação à autoridade responsável; identificação do produto ou resíduo perigoso; re-embalagem em

22



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

caso de ruptura de sacos ou recipientes; procedimentos de limpeza da área de derramamento e proteção do pessoal; alternativas para o armazenamento e o tratamento dos resíduos em casos de falhas no equipamento respectivo de pré-tratamento; alternativas de coleta e transporte externos e de disposição final em casos de falhas no sistema contratado.

**9.5.** Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas com os serviços, bem como ferramental, equipamentos e utensílios, além do pagamento de multas impostas pelos poderes públicos por infrações legais vigentes e tudo mais que implique em despesas decorrentes da execução dos serviços contratados.

**9.6.** Manter atualizado junto a COMLURB o credenciamento da frota de coleta e transporte a ser utilizada no município do Rio de Janeiro.

**9.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, os carros coletores em perfeito estado de conservação, substituindo-os, quando os mesmos se apresentarem danificados, de forma que não ocorra a interrupção do serviço.

**9.8.** Atender a qualquer chamado de urgência, para remoção dos Resíduos dos Serviços de Saúde, no prazo máximo de 6h (seis horas), sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE. Este chamado ocorrerá via e-mail e/ou fax com a emissão de documento timbrado da unidade e devidamente assinado pelo Fiscal da unidade ou outro profissional designado pela direção, sempre com cópia para a Fundação Saúde.

**9.9.** A CONTRATADA deverá trabalhar em conjunto com as Unidades em Programas de Coleta Seletiva, quando adotada a reciclagem, em consonância com a Lei nº 12305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sob a supervisão da Fundação Saúde.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**9.10.** Não subcontratar ou subempreitar, não ceder e nem transferir total ou parcialmente os serviços de coleta e transporte de resíduos.

**9.11.** A disposição final em aterro licenciado poderá ser subcontratada pela CONTRATADA, devendo ser apresentadas todas as documentações da subcontratada relacionadas abaixo em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato:

**9.11.1.** Contrato de prestação de serviços firmado entre as partes.

**9.11.2.** Cópia da licença de operação e/ou ambiental, emitida pelo INEA ou Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC/RJ, do aterro.

**9.12.** O tratamento dos resíduos (sólidos e líquidos) poderá ser subcontratado pela CONTRATADA, devendo ser apresentadas todas as documentações da subcontratada relacionadas abaixo até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato:

**9.12.1.** Contrato de prestação de serviços firmado entre as partes.

**9.12.2.** Cópia da licença de operação e/ou ambiental, emitida pelo INEA ou Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC/RJ, da empresa responsável pelo tratamento dos resíduos dos grupos A, B e E.

**9.12.3.** Deverá ser apresentada cópia da licença de operação do aterro a ser utilizado após o tratamento dos resíduos, juntamente com a cópia do contrato firmado entre as partes.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**9.13.** A CONTRATADA deverá apresentar as documentações relacionadas abaixo até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato:

**9.13.1.** Manual contendo os procedimentos e rotinas executados, desde a coleta à disposição final, inclusive treinamento (técnico, de segurança e de conscientização ambiental) a seus empregados.

**9.13.2.** O Plano de Contingência que será utilizado em situações de emergência e de acidentes, informando as medidas previstas, visando minimizar ou eliminar as consequências dessas situações. Este plano poderá ser executado por empresa especializada, devidamente licenciada, desde que seja apresentada cópia do contrato de prestação de serviços firmado entre as partes. Caso a empresa elabore seu próprio Plano de Contingência, o mesmo deverá ser elaborado por um engenheiro e/ou químico, devidamente habilitado, com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Anotação de Função Técnica – AFT registrada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional de Química - CRQ.

**9.14.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de seus prepostos na execução do contrato, por culpa ou dolo, adotando as providências cabíveis necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE.

**9.15.** Apresentar listagem referente aos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) quanto aos métodos, periodicidade e produtos utilizados na higienização dos veículos coletores (frota).

**9.16.** Apresentar rota diária de transporte, com previsão de horários, para coleta dos resíduos comum e infectante.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**9.17.** Retornar mensalmente a cada unidade geradora, a 4ª Via do Manifesto de Resíduos, para cada processo de coleta, devidamente preenchidos, assinados e carimbados pelo gerador, transportador e receptor, de acordo com modelo fornecido pelo INEA.

**9.18.** Manter durante toda a vigência contratual compatibilidade com as obrigações para realizar os serviços atendendo às especificações contidas no Termo de Referência, além de todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no edital convocatório, bem como profissional possuidor de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Anotação de Função Técnica - AFT, habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA e/ou Conselho Regional de Química – CRQ para desempenho dos serviços e a documentação regularizada.

**9.19.** Comunicar ao CONTRATANTE sempre que constatar que a segregação dos resíduos não está sendo realizada de forma adequada conforme preceitua a legislação (atividade de co-fiscalização com o gerador).

**9.20.** A CONTRATADA deverá permitir de imediato, visitas não programadas de fiscalização, por parte da CONTRATANTE, à sua unidade e demais unidades operacionais relacionadas ao serviço objeto do presente processo.

**9.21.** A CONTRATADA deverá permitir visitas por parte da CONTRATANTE e de seus colaboradores à sua unidade e demais unidades operacionais relacionadas ao serviço objeto do presente processo, dentro de um programa de treinamento em Educação Ambiental, em data a ser definida entre as partes.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**9.22.** A CONTRATADA deverá buscar, sempre que possível, métodos de reutilização, reciclagem e reaproveitamento dos resíduos coletados, com o intuito de reduzir os resíduos dispostos no meio ambiente, em consonância com a Lei nº 12305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**9.23.** Apresentar mensalmente para o Fiscal de cada Unidade o certificado de tratamento dos resíduos, que comprovem sua desinfecção, neutralização e/ou incineração, pela empresa que realizou o processo. E, sempre que solicitado, laudos técnicos detalhados dos processos de tratamento realizados.

**9.24.** Emitir a nota fiscal de acordo com a planilha de controle mensal, que deverá ser baseada na contabilização das ordens de serviço geradas na coleta dos resíduos. Tendo validade apenas após a conferência das quantidades e valores pelo Fiscal da Unidade. Se houver divergências, a CONTRATANTE deverá convocar a CONTRATADA para que a mesma justifique, por escrito, os valores expressos.

**9.25.** A CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal juntamente com o comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, mapa de controle de resíduos e o relatório de avaliação de qualidade do serviço.

**9.26.** A CONTRATADA obriga-se a atender as legislações vigentes e suas atualizações, referenciadas abaixo:

- a) DZ-0572 INEA/RJ – Diretriz do Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Movidos a Diesel – PROCON Fumaça Preta.
- b) DZ-0582. R-1INEA/RJ – Diretriz para concessão e renovação do certificado de registro para medição de emissão veicular.
- c) Lei nº 12305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

- d) Norma COMLURB – 42-10-01 - Credenciamento para Prestação de Serviços de Coleta e Remoção.
- e) Norma COMLURB – 42-60-01 - Acondicionamento, Coleta e Destinação Final de Resíduos de Serviços de Saúde.
- f) Norma técnica da ABNT – NBR 7500 - Identificação para o Transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de Produtos.
- g) Norma técnica da ABNT– NBR 7503 – Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.
- h) Norma técnica da ABNT – NBR 9735 - Conjunto de Equipamentos para Emergências no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.
- i) Norma técnica da ABNT – NBR 10004 – Resíduos Sólidos – Classificação.
- j) Norma técnica da ABNT – NBR 10007 – Amostragem de Resíduos – Procedimentos.
- k) Norma técnica da ABNT – NBR 11175 - Incineração de resíduos sólidos perigosos - Padrões de desempenho – Procedimento.
- l) Norma técnica da ABNT – NBR 12235 - Armazenamento de resíduos sólidos perigosos.
- m) Norma técnica da ABNT – NBR 12809 - Manuseio de resíduos de serviços de saúde.
- n) Norma técnica da ABNT – NBR 12810 - Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde.
- o) Norma técnica da ABNT – NBR 13221 - Transporte terrestre de resíduos.
- p) Norma técnica da ABNT – NBR 13463 - Coleta de resíduos sólidos – Classificação.
- q) Norma técnica da ABNT – NBR 14064 - Gases de efeito estufa.
- r) Norma técnica da ABNT – NBR 14095 – Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

- s) Norma técnica da ABNT – NBR 14652 - Coletor-transportador Rodoviário de Resíduos de Serviços de Saúde.
- t) Norma técnica da ABNT – NBR 14725 - Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente.
- u) NR – 06 - Ministério do Trabalho e Emprego – Equipamento de Proteção Individual.
- v) Resolução ANVISA - RDC n°. 306/04 – Gerenciamento de Resíduos em Serviços de Saúde.
- w) Resolução CONAMA – n°. 358/05 – Tratamento e Disposição Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde.
- x) Resolução CONAMA – n° 237/97 – Licenciamento Ambiental.
- y) Resolução CONAMA – n° 257/99 - Descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias usadas.
- z) Resolução n.º 420/04 - Agência Nacional de Transportes Terrestres.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 10.1. Ao Diretor Geral e Administrativo da unidade compete:

**10.1.1.** Designar à Fundação Saúde um Fiscal de Resíduos de Serviços de Saúde, que deverá ser servidor com dedicação exclusiva para desempenho das atividades profissionais.

**10.1.2.** Comunicar à Fundação Saúde, caso ocorra, a substituição do Fiscal para que sejam tomadas as medidas pertinentes.

**10.1.3.** Fiscalizar o fiel cumprimento do contrato e o desempenho técnico da



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

CONTRATADA, juntamente com o Fiscal designado.

**10.1.4.** Realizar a atestação da nota fiscal e do relatório de avaliação de qualidade do serviço, juntamente com o Fiscal designado.

**10.2. Ao Fiscal da Unidade compete:**

**10.2.1.** Ao Fiscal da Unidade, que deverá ser servidor, de nível superior, com dedicação exclusiva na Unidade para desempenho das atividades profissionais, compete:

- a. Supervisionar o fiel cumprimento dos contratos e desempenho técnico da empresa de com coleta diária, transporte e tratamento dos resíduos.
- b. Dedicar-se, na Unidade, exclusivamente para o desenvolvimento das atividades afins ao cargo.
- c. Responder o relatório de avaliação de qualidade do serviço mensalmente, atestando-o juntamente com o Diretor Geral e Diretor Administrativo da unidade, com carimbo contendo cargo, matrícula e assinatura de todos os envolvidos.
- d. Atestar, à data do vencimento, a nota fiscal de prestação do referido serviço, verificando a pertinência entre o serviço prestado e o serviço cobrado, através da planilha de controle mensal, juntamente com o Diretor Geral e Diretor Administrador da unidade.
- e. Elaborar, programar, supervisionar e implantar o PGRSS (Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde) conforme legislação vigente. De forma a garantir a



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

correta segregação dos resíduos, objetivando principalmente avaliar a necessidade do encaminhamento dos resíduos para tratamento. Além de implantar um Programa de Coleta Seletiva, em consonância com a Lei nº 12305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

f. Comunicar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no fornecimento de equipamentos ou execução do serviço, fixando prazo para sua correção.

g. Atender às normas aplicáveis em suas dependências para o acondicionamento e transporte interno dos resíduos, zelando pela sua segurança e de todos os envolvidos na execução do serviço.

h. Enviar por email para a Fundação Saúde o relatório de avaliação de qualidade do serviço, além de arquivar uma cópia do mesmo e da nota fiscal.

i. Emitir, a cada coleta, o Manifesto de Resíduos em 4 (quatro) vias, devendo a primeira via ficar arquivada na unidade para que seja juntada à quarta via, quando a mesma retornar da CONTRATADA, como comprovante da destinação ou disposição final adequada dos resíduos.

## 11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**11.1.** A empresa participante deverá apresentar no envelope de HABILITAÇÃO, todas as documentações de habilitação relacionadas abaixo. A não apresentação de quaisquer documentos ou a apresentação de documentos em desconformidade ao estabelecido no presente Termo de Referência acarretará na aplicação das medidas previstas no Edital.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**11.2.** A empresa participante deverá apresentar para fins de habilitação, comprovação de aptidão para atendimento do objeto do processo emergencial, através de atestado (s) de capacidade técnica, em que comprove haver prestado ou que esteja prestando satisfatoriamente, serviços de coleta, transporte, destinação e/ou disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde.

Os atestados de capacidade técnica estão sujeitos à verificação da Comissão de Licitação quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 90, 102 e 103 da Lei nº 8666/93.

**11.2.1.** Para serem considerados aptos a comprovação de capacidade técnico-operacional, o (s) atestado (s) deverá (ão) fazer menção a um quantitativo mínimo de 40 (quarenta) % do volume total de cada resíduo.

**11.2.2.** O serviço tratamento de resíduos dos grupos A, B e E deverá constar no atestado, caso o serviço não seja subcontratado.

**11.2.3.** Os atestados deverão comprovar experiência mínima de 3 (três) anos, sendo aceito o somatório dos atestados.

**11.2.4.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato, ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

**11.2.5.** Os atestados deverão conter de forma clara o prazo contratual, com a data do início e do fim da prestação do serviço, local da prestação do serviço, o objeto do contrato, quantitativo de cada tipo de resíduo coletado.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**11.2.6.** As concorrentes poderão apresentar mais de um atestado, que serão somados para fins de atendimento das quantidades estimadas para cada tipo de resíduo.

**11.3.** A empresa participante deverá possuir, na data limite do envio da proposta de preço, 1 (um) responsável técnico, compatível com os serviços previstos neste Termo de Referência.

**11.3.1.** O responsável técnico deverá pertencer ao quadro da empresa, sendo tal natureza comprovada através da apresentação de documento que comprove o vínculo.

**11.4.** A empresa deverá apresentar a relação de veículos da frota de coleta, transporte e destinação final, acompanhados de sua documentação de IPVA em dia, com o quantitativo mínimo de veículos de 2 (dois) caminhões baú ou de baixa compactação, 1 (um) furgão e 2 (dois) caminhões compactadores.

**11.4.1.** Os caminhões compactadores poderão ser substituídos por caminhões baú ou de baixa compactação, desde que seja mantida a frota de 4 (quatro) caminhões.

**11.4.2.** Os veículos mencionados no item acima, caso utilizem óleo diesel como combustível automotor, deverão estar vinculados ao “Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Automotores do Ciclo Diesel”, sendo tal vinculação comprovada através de relatório emitido por empresa ou profissionais habilitados, credenciados pelo Instituto Estado do Ambiente - INEA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**11.4.3.** A empresa deverá apresentar Certificado de Credenciamento junto a COMLURB, da frota mínima exigida na Norma Comlurb 42-10-01 - Credenciamento para Prestação de Serviços de Coleta e Remoção.

**11.4.4.** Apresentar Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos – CIPP expedido pelo Inmetro ou entidade por ele acreditada.

**11.5.** A empresa participante deverá apresentar alvará de funcionamento do estabelecimento no Estado do Rio de Janeiro.

**11.6.** A empresa participante deverá apresentar a Licença de Operação e/ou Ambiental emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA ou pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC.

**11.7.** A empresa participante deverá apresentar o Certificado de Credenciamento da empresa emitido pela Comlurb.

**11.8.** A empresa participante deverá comprovar que possui habilitação legal para a coleta e transporte de resíduos dos grupos A, B, D e E, através de documentação pertinente.

## **12. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

**12.1.** A Contratada deverá cumprir os padrões de qualidade e de nível de serviço estabelecidos pela Contratante.

**12.2.** São padrões de qualidade e de nível de serviço estabelecidos pela Contratante:



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

- Relatório de Avaliação da Qualidade do Serviço (ANEXO II-A).
- Acordo de Níveis de Serviço (ANEXO V).

**12.3.** Na impossibilidade de se avaliar determinado item da avaliação mensal, esse item será desconsiderado.

**12.4.** Quando atribuídas notas 1 (um – desempenho regular) e 0 (zero - desempenho péssimo), em um ou mais itens, o Fiscal do contrato deverá realizar reunião com a Contratada, até dez dias após a medição efetuada, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de avaliação.

**12.5.** Sempre que, por motivos que extrapolem a atuação da empresa, a Contratada solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado e considerado na avaliação.

**12.6.** Sanções Administrativas:

**12.6.1.** Advertência: na ocorrência de 2 (dois) relatórios consecutivos com pontuações abaixo de 07 (sete) pontos, a Contratada sofrerá advertência por escrito, após considerações do fiscal do contrato, e juntadas cópias das avaliações realizadas no período.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**12.6.2.** Glosa: na ocorrência de 2 (dois) relatórios consecutivos com pontuações abaixo de 07 (sete) pontos, a Contratada sofrerá a glosa prevista no Acordo de Níveis de Serviço.

### **13. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**13.1.** Será declarada vencedora a empresa que apresentar o menor preço global.

### **14. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

**14.1.** A nota fiscal da CONTRATADA será paga de acordo com os valores das planilhas descritivas de custos apresentada pela empresa vencedora no processo licitatório. Sendo mensurada por valor unitário para as lâmpadas e litro para os demais resíduos (Grupos A, B, D, e E), de acordo com o quantitativo coletado em cada Unidade geradora.

### **15. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**15.1.** O prazo de vigência do contrato será de 180 ( cento e oitenta dias ) dias, contados da data da publicação, do instrumento no Diário Oficial.

**15.2.** O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

## 16. DISPOSIÇÕES GERAIS

**16.1.** Será permitida a participação de consórcio no presente processo licitatório.

## 17. NOTAS EXPLICATIVAS

### 17.1. Atestados de Capacidade Técnica:

Devido ao grande vulto do serviço ora licitado as solicitações referentes aos Atestados de Capacidade Técnica estão em consonância com decisões recentes dos tribunais que entendem ser razoável a solicitação de atestados compatíveis com 50% do objeto e com experiência mínima de 3 anos (Acórdão – 1214 – 17/13 – TCU/Plenário).

### 17.2. Realização de visita técnica a critério do Licitante

Visitas Técnicas obrigatórias podem resultar em ônus desnecessário às proponentes, restringindo indevidamente a competitividade, e, tendo em vista a natureza do serviço ora contratado a Administração entende que a visita técnica é facultativa, entretanto, fica a critério das licitantes decidir sobre a necessidade de realizá-las (Acórdãos 1948/2011-TCU-Plenário, 3119/2010-TCU-Plenário, 3197/2010-TCU-Plenário, 2583/2010-TCU-Plenário, 2477/2009-TCU-Plenário, 1450/2009-TCU-2ª Câmara, 874/2007-TCU-Plenário).

### 17.3. Ausência de obrigatoriedade de filiação sindical

Não será exigida a obrigatoriedade de filiação sindical às Licitantes, tendo em vista que não há fundamentação legal para tal exigência, e as diversas decisões do TCU que apontam no sentido de que os órgãos devem abster-se de exigir a indicação de



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

sindicato representativo de categorias profissionais como critério de classificação de licitantes (Acórdão 0604-12/09-TCU/Plenário; Acórdão 2.521-21/03 – TCU/Primeira Câmara; Acórdão 473/04-Ata 13/04-TCU/Plenário).

#### **17.4. Ausência de Planilha de Custos de Formação de Preços**

Dispensa da Planilha de Custos de Formação de Preços, tendo em vista que o objeto da contratação é um serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra.

### **18. ANEXOS**

**ANEXO I** – Endereço unidade para prestação dos serviços.

**ANEXO II A** – Modelo do Relatório de Avaliação da Qualidade do Serviço.

**ANEXO II B** – Mapa de Coleta de Resíduos conforme.

**ANEXO III** – Planilha de custo unitário.

**ANEXO IV** – Acordo de níveis de serviços

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2017.

Danielle dos Santos  
Assessor IV Limpeza e Lavanderia  
ID: 5085020-2



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

## **ANEXO I**

### **ENDEREÇO UNIDADE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

#### **Hospital Estadual Carlos Chagas**

Rua General Osvaldo Cordeiro de Faria nº466 – Marechal Hermes  
Rio de Janeiro/RJ Tel: 2332-1131

#### **CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS:**

Grupo A (infectante) e grupo E (perfurocortante) - litros  
Grupo B (químico) - litros  
Grupo D (orgânico) - litros  
Lâmpadas fluorescentes - unidades

#### **ESTIMATIVA MENSAL DE RESÍDUOS:**

206.320

600

331.340

80

Quantidade mínima de contêiner fornecido

Azul: 40

Branco: 40



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

## **ANEXO II - A**

### **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO**

**UNIDADE:** \_\_\_\_\_ **EMPRESA:** \_\_\_\_\_

**NOTA FISCAL:** \_\_\_\_\_ **COMPETÊNCIA:** \_\_\_\_\_

#### **1. CRITÉRIOS**

1.1. Na avaliação devem ser atribuídos ao formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços os conceitos “Muito Bom”, “Bom”, “Regular” e “Péssimo”, equivalentes, respectivamente, aos valores 3 (três), 2 (dois), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado:

**MUITO BOM** - Refere-se à conformidade total dos critérios:

- Coleta regular nos dias acordados;
- Caminhão de coleta de acordo com a legislação;
- Recolhimento total dos resíduos;
- Agendamento das coletas sendo cumprido;
- Devolução de todas as 4ª vias dos manifestos;
- Funcionários utilizando o EPI em todas as coletas.
- Contêineres em bom estado de conservação e quantidade suficiente.

**BOM** - Refere-se à conformidade parcial dos critérios:

- Ausência de coleta em no máximo 2 (dois) dias por mês;
- Caminhão de coleta de desacordo com a legislação em 1 (uma) coleta;
- Recolhimento parcial em no máximo duas coletas por mês;
- Ausência de até 1 (uma) coleta previamente agendada;
- Devolução pendente de até 10% das 4ª vias dos manifestos;
- Funcionários sem o EPI nas coletas em até 2 (duas) coletas.
- Alguns contêineres precisando de reparo mas em quantidade suficiente.

**REGULAR** - Refere-se a desconformidade parcial dos critérios:

- Ausência de coleta de 3 (três) a 5 (cinco) dias por mês;
- Caminhão de coleta de desacordo com a legislação em 2 (duas) coletas;
- Recolhimento parcial de 3 (três) a 5 (cinco) coletas por mês;
- Ausência de 2 (duas) coletas previamente agendadas.
- Devolução pendente de até 20% das 4ª vias dos manifestos.
- Funcionários sem o EPI nas coletas em até 5 (cinco) coletas.
- Alguns contêineres precisando de reparo e em quantidade insuficiente.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**PÉSSIMO** - Refere-se a desconformidade total dos critérios:

- Ausência de coleta em 6 (seis) ou mais dias por mês;
- Caminhão de coleta de desacordo com a legislação em 3 (três) ou mais coletas;
- Recolhimento parcial de 6 (seis) ou mais coletas por mês;
- Ausência de 3 (três) ou mais coletas previamente agendadas.
- Devolução pendente de mais de 21% das 4ª vias dos manifestos.
- Funcionários sem o EPI em mais de 5 (cinco) coletas.
- Vários contêineres precisando de reparo e em quantidade insuficiente.

CONCEITOS DA PONTUAÇÃO A SER UTILIZADO EM TODOS OS ITENS:

| MUITO BOM        | BOM              | REGULAR       | PÉSSIMO        |
|------------------|------------------|---------------|----------------|
| 03 (três) pontos | 02 (dois) pontos | 01 (um) ponto | 0 (zero) ponto |

1.2. MÓDULOS E ITENS DE AVALIAÇÃO

| MÓDULOS |   | ITENS AVALIADOS                        |
|---------|---|--|
| A       | COLETA DE RESÍDUOS                          | A.1. FREQUÊNCIA DA COLETA              |
|         |   | A.2. RECOLHIMENTO TOTAL                |
|         |   | A.3. CUMPRIMENTO DAS COLETAS AGENDADAS |
| B       | CAMINHÃO                                    | B.1. CONDIÇÕES DOS CAMINHÕES           |
| C       | MANIFESTOS                                  | C.1. DEVOUÇÃO DOS MANIFESTOS           |
| D       | EPI   | D.1. UTILIZAÇÃO DE EPI                 |
| E       | CONTÊINERES                                 | E.1. CONDIÇÕES E QUANTITATIVO          |
| F       | INÍCIO DO CONTRATO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS | F.1. ENTREGA DE CONTÊINERES            |
|         |   | F.2. ENTREGA DE DOCUMENTOS             |



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

2. MÓDULO A – COLETA DE RESÍDUOS

| MÓDULO A                    | Variáveis Analisadas                   | 3   | 2   | 1   | 0   | Nota Atribuída |
|-----------------------------|--|---|---|---|---|----------------|
| COLETA DE RESÍDUOS          | A.1. Frequência da Coleta              | Coleta regular nos dias acordados         | Ausência de no máximo 2 coletas                     | Ausência de 3 a 5 coletas                     | Ausência de 6 ou mais coletas                       |                |
|                             | A.2. Recolhimento Total                | Recolhimento total dos resíduos           | Recolhimento parcial em no máximo 2 coletas por mês | Recolhimento parcial de 3 a 5 coletas por mês | Recolhimento parcial em 6 ou mais coletas por mês   |                |
|                             | A.3. Cumprimento das Coletas Agendadas | Cumprimento de todas as coletas agendadas | Ausência de 1 coleta previamente agendada           | Ausência de 2 coletas previamente agendadas   | Ausência de 3 ou mais coletas previamente agendadas |                |
| <b>NOTA TOTAL MÓDULO A:</b> |  |   |   |   |   |                |

3. MÓDULO B – CAMINHÕES DE TRANSPORTE

| MÓDULO B                    | Variáveis Analisadas         | 3   | 2   | 1  | 0  | Nota atribuída |
|-----------------------------|------------------------------|---|---|--|--|----------------|
| CAMINHÃO                    | B.1. CONDIÇÕES DOS CAMINHÕES | Caminhões de coleta de acordo com a legislação. | Caminhão de coleta em desacordo com a legislação em 1 coleta. | Caminhão de coleta em desacordo com a legislação em 2 coletas. | Caminhão de coleta em desacordo com a legislação em mais de 3 coletas. |                |
| <b>NOTA TOTAL MÓDULO B:</b> |                              |   |   |  |  |                |

4. MÓDULO C – MANIFESTOS

| MÓDULO C                    | Variáveis Analisadas         | 3   | 2   | 1  | 0  | Nota Atribuída |
|-----------------------------|------------------------------|---|---|--|--|----------------|
| MANIFESTOS                  | C.1. DEVOUÇÃO DOS MANIFESTOS | Devolução de todas as 4ª vias de manifesto. | Devolução pendente de até 10% das 4ª vias de manifesto. | Devolução pendente de até 20% das 4ª vias de manifesto | Devolução pendente de mais de 21% das 4ª vias de manifesto |                |
| <b>NOTA TOTAL MÓDULO C:</b> |                              |   |   |  |  |                |



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

5. MÓDULO D - UTILIZAÇÃO DE EPI

| MÓDULO D                    | Variáveis Analisadas | 3  | 2  | 1  | 0  | Nota Atribuída |
|-----------------------------|----------------------|--|--|--|--|----------------|
| EPI                         | D.1. UTILIZAÇÃO EPI  | Funcionários utilizando o EPI em todas as coletas. | Funcionários sem o EPI em até 2 coletas. | Funcionários sem o EPI em até 5 coletas. | Funcionários sem o EPI em 6 ou mais coletas. |                |
| <b>NOTA TOTAL MÓDULO D:</b> |                      |  |  |  |  |                |

6. MÓDULO E - CONTÊINERES

| MÓDULO E                    | Variáveis Analisadas          | 3  | 2   | 1   | 0   | Nota Atribuída |
|-----------------------------|-------------------------------|--|---|---|---|----------------|
| CONTÊINERES                 | E.1. CONDIÇÕES E QUANTITATIVO | Quantidade suficiente e em boas condições. | Quantidade suficiente mas até 5 (cinco) precisando de reparo) | Quantidade insuficiente e até 5 (cinco) precisando de reparo) | Quantidade insuficiente e mais de 5 (cinco) precisando de reparo) |                |
| <b>NOTA TOTAL MÓDULO E:</b> |                               |  |   |   |   |                |

7. MÓDULO F\* – INÍCIO DO CONTRATO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

| MÓDULO F.1  | Variáveis Analisadas        | 6  | 4   | 2   | 0   | Nota Atribuída |
|-------------|-----------------------------|--|---|---|---|----------------|
| CONTÊINERES | F.1. ENTREGA DE CONTÊINERES | Entrega total de contêineres necessários à prestação do serviço em até 10 dias a contar do início do contrato. | Entrega total de contêineres necessários à prestação do serviço de 11 a 20 dias a contar do início do contrato. | Entrega total de contêineres necessários à prestação do serviço de 21 a 30 dias a contar do início do contrato. | Entrega total de contêineres necessários à prestação a partir do 31º dia a contar do início do contrato |                |

| MÓDULO F.2          | Variáveis Analisadas                                 | 3  | 2   | 1  | 0  | Nota Atribuída |
|---------------------|--|--|---|--|--|----------------|
| DOCUMENTOS TÉCNICOS | F.2. ENTREGA DE DOCUMENTOS (ITENS 9.11 A 9.13 DO PB) | Entrega de documentos e licenças da contratada e subcontratadas em até 5 dias a contar do início do contrato e | Entrega de documentos e licenças da contratada e subcontratadas de 6 a 10 dias a contar do início do contrato e | Entrega de documentos e licenças da contratada e subcontratadas de 11 a 15 dias a contar do início do contrato e | Entrega de documentos e licenças da contratada e subcontratadas a partir do 16º dia a contar do início do contrato e |                |



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

|  |  |                           |                           |                           |                           |  |
|--|--|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|--|
|  |  | alterações<br>contratuais | alterações<br>contratuais | alterações<br>contratuais | alterações<br>contratuais |  |
|--|--|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|--|

**NOTA TOTAL MÓDULO F:**

**\*OBS: Os pontos do módulo F serão considerados apenas para o primeiro mês após o início do contrato e primeiro mês após a eventual celebração de alterações contratuais.**

**8. MÉDIA GERAL OBTIDA DAS AVALIAÇÕES DAS ÁREAS**

|  |                        |
|--|------------------------|
| Pontuação a ser obtida após a realização de cada avaliação, conforme tabela e critérios estabelecidos neste Anexo. | DE 0 A 21 ou de 0 a 30 |
|--|------------------------|

**9. INTERVALOS DE PONTOS PARA LIBERAÇÃO DA FATURA:**

|                             |                    |
|-----------------------------|--------------------|
| LIBERAÇÃO DE 100% DA FATURA | DE 16 A 30 PONTOS  |
| LIBERAÇÃO DE 90% DA FATURA  | DE 11 A 14 PONTOS  |
| LIBERAÇÃO DE 80% DA FATURA  | DE 8 A 10 PONTOS   |
| LIBERAÇÃO DE 70% DA FATURA  | ABAIXO DE 7 PONTOS |

**9. Observações:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
1ª Assinatura da Unidade

\_\_\_\_\_  
2ª Assinatura da Unidade

\_\_\_\_\_  
Assinatura da empresa



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

**ANEXO II – B**  
**MAPA DE COLETA DE RESÍDUOS**

UNIDADE: \_\_\_\_\_

EMPRESA: \_\_\_\_\_

COMPETÊNCIA: \_\_\_\_\_

| RESÍDUOS:        | UNIDADE          | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | TOTAL |  |
|------------------|------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-------|--|
| GRUPOS "A" e "E" | Contêiner 240l   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |       |  |
| GRUPO B          | Contêiner 240l   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |       |  |
| GRUPO D          | Contêiner 240l   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |       |  |
| GRUPO D          | Caçamba<br>5000l |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |       |  |
| LÂMPADAS         | Unidade          |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |       |  |

**RESUMO:**

| RESÍDUOS:        | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR |
|------------------|---------|------------|----------------|-------|
| GRUPOS "A" e "E" | LITROS  |            |                | R\$ - |
| GRUPO B          | LITROS  |            |                | R\$ - |
| GRUPO D          | LITROS  |            |                | R\$ - |
| LÂMPADAS         | Unidade |            |                | R\$ - |
| VALOR A FATURAR  |         |            |                | R\$ - |



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

### **ANEXO III**

#### **PLANILHA DE CUSTO UNITÁRIO**

| <b>HECC</b>              |                                     |   |   |  |                           |                              |
|--------------------------|-------------------------------------|---|---|--|---------------------------|------------------------------|
| <b>CLASSE DE RESÍDUO</b> | <b>ESTIMATIVA DE RESÍDUO MENSAL</b> | <b>Custo unitário Coleta e Transporte (C)</b> | <b>Custo unitário Tratamento (T)* ou Disposição Final (D)**</b> | <b>Custo unitário por Resíduo (C+T) ou (C+D)</b> | <b>CUSTO MENSAL TOTAL</b> | <b>CUSTO TOTAL SEMESTRAL</b> |
| Grupos A e E             | 250.000                             |   |   |  |                           |                              |
| Grupo B                  | 600                                 |   |   |  |                           |                              |
| Grupo D                  | 400.000                             |   |   |  |                           |                              |
| Lâmpadas                 | 80                                  |   |   |  |                           |                              |
| <b>TOTAL</b>             |                                     |   |   |  |                           |                              |

| <b>QUADRO RESUMO</b>     |  |                           |                              |
|--------------------------|--|---------------------------|------------------------------|
| <b>CLASSE DE RESÍDUO</b> | <b>ESTIMATIVA DE RESÍDUO SEMESTRAL</b> | <b>CUSTO MENSAL TOTAL</b> | <b>CUSTO TOTAL SEMESTRAL</b> |
| Grupos A e E             | 1.500.000                              |                           |                              |
| Grupo B                  | 3.600                                  |                           |                              |
| Grupo D                  | 2.400.000                              |                           |                              |
| Lâmpadas                 | 480                                    |                           |                              |

\*\* Deve ser inserido custo referente a disposição final de resíduos do grupo D que não necessita de tratamento.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

## ANEXO IV

### ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO - ANS

| <b>Indicador - Nº 01 – Qualidade dos Serviços</b>                          |  |
|--|--|
| <b>Item</b>  | <b>Descrição</b>   |
| <b>Finalidade</b>  | Atender às demandas da Contratada  |
| <b>Meta a cumprir</b>  | Diária   |
| <b>Instrumento de medição</b>  | Coleta diária  |
| <b>Forma de acompanhamento</b>   | Realização da coleta diária  |
| <b>Periodicidade</b>   | Diária   |
| <b>Mecanismo de cálculo</b>  | Glosa  |
| <b>Início de Vigência</b>  | Data da assinatura do contrato   |
| <b>Faixa de ajuste no pagamento</b>  | Valor da Fatura – Glosa  |
| <b>Percentual de Desconto</b>  | 5% sobre o total da fatura.  |
| <b>Observações</b>   | 1 - A redução será aplicada quando o Relatório de Avaliação da Qualidade do Serviço Mensal tiver índice menor que 7 (sete) por 2 (dois) meses consecutivos, independente do percentual já descontado no relatório mensal.<br><br>2 – O desconto será aplicado no mês subsequente a segunda avaliação mensal menor que 7 (sete) pontos. |
| <b>Indicador - Nº 2 - Início do Contrato - Fornecimento de Contêineres</b> |  |
| <b>Item</b>  | <b>Descrição</b>   |
| <b>Finalidade</b>  | Assegurar a entrega de todos os recipientes de armazenamento de resíduos previstos no Termo de Referência.   |
| <b>Meta a cumprir</b>  | 10 dias a partir do início do contrato   |
| <b>Instrumento de medição</b>  | Entrega dos equipamentos nas Unidades  |
| <b>Forma de acompanhamento</b>   | Comprovação da entrega   |
| <b>Periodicidade</b>   | Única vez  |
| <b>Mecanismo de cálculo</b>  | Glosa  |
| <b>Início de Vigência</b>  | Data da assinatura do contrato   |



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Fundação Saúde

|   |   |
|---|---|
| <b>Faixa de ajuste no pagamento</b>   | Valor da Fatura – Glosa   |
| <b>Valor da Glosa</b>   | Glosa: 0,2% x N° de dias de atraso, sobre o total da fatura.  |
| <b>Observações</b>  | 1 - Os equipamentos deverão ser entregues em todas as Unidades.<br>2 - O controle da reposição e reparos necessários será realizado no Relatório da Qualidade do Serviço Mensal.  |
| <b>Indicador - Nº 3 - Início do Contrato - Entrega de Documentos e Licenças</b> |   |
| <b>Item</b>   | <b>Descrição</b>  |
| <b>Finalidade</b>   | Assegurar a entrega de todos os documentos e licenças da Contratada e Subcontradas conforme previsto no item 9.11, 9.12 e 0.13 do Termo de Referência   |
| <b>Meta a cumprir</b>   | 5 dias a partir do início do contrato   |
| <b>Instrumento de medição</b>   | Entrega das documentações a Contratante   |
| <b>Forma de acompanhamento</b>  | Comprovação da entrega  |
| <b>Periodicidade</b>  | Início do contrato e anualmente na renovação, e, no caso de alteração de alguma das documentações entregues   |
| <b>Mecanismo de cálculo</b>   | Glosa   |
| <b>Início de Vigência</b>   | Data da assinatura do contrato  |
| <b>Faixa de ajuste no pagamento</b>   | Valor da Fatura – Multa Moratória   |
| <b>Valor da Glosa</b>   | Glosa: 0,2% x N° de dias de atraso, sobre o total da fatura.  |
| <b>Observações</b>  | 1 - As cópias de todas as documentações descritas nos itens 9.11, 9.12 e 9.13 deverão ser entregues a Contratante.<br>2 - Caso ocorra a alteração de alguma documentação antes da renovação do contrato a mesma deverá ser a Contratante. |